



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**  
**BRASÍLIA/DF, 28 E 29 DE JUNHO DE 2005.**  
**ATA DA XI REUNIÃO DO CONSEA**

1 Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e cinco, no  
2 Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/no, Brasília/DF, por  
3 convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a Reunião Extraordinária do  
4 Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da  
5 República, constituído através da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Artigo 1º., Parágrafo  
6 1º. Inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto  
7 nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. **PRESENTES:** Registrou-se a presença dos membros  
8 representantes da Sociedade Civil: Alberto Ercílio Broch; Ana Lúcia Pereira; Ana Maria Salles  
9 Placidino; Ariovaldo Ramos dos Santos; Azelene Inácio Kaingang; Carlos Eduardo Oliveira de Souza  
10 Leite; Carlos Roberto Faccina; Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce  
11 Terezinha Oliveira Cunha; Edmar Guariento Gadelha; Elido Bonomo; Elza Maria Franco Braga;  
12 Francisco Menezes; Gleyse Peiter; José Ribamar Araújo e Silva; Malaquias Batista Filho; Maria Emília  
13 Pacheco; Moisés Machado; Naidison Quintella Baptista; Werner Fuchs; Regina da Silva Miranda;  
14 Renato Sérgio Maluf; Sonia Lúcia Lucena Souza de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira Linhares;  
15 Ubiraci Dantas de Oliveira; Walter Belik; Zilda Arns. **Registrou-se as presenças dos seguintes**  
16 **suplentes dos representantes da Sociedade Civil:** Aldenora Pereira da Silva; Christiane  
17 Gasparini Araújo Costa; Elisângela dos Santos Araújo; Estanislau da Silva Salles; José de Arimatéia  
18 Rodrigues; Julian Perez Cassarino; Pedro Makumbundu Kitoko; Sillas Vieira. **Registrou-se a**  
19 **presença dos membros representantes do Governo Federal:** André Spitz – Assessoria  
20 Especial do Presidente da República; Miguel Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento  
21 Agrário. **Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA:** Albaneide  
22 Peixinho, Ministério da Educação - MEC; Maria Flor de Lis Sousa Lopes – MTE; Clóvis Sardinha,  
23 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Márcia Lopes, Secretária Executiva do Ministério  
24 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Maria de Fátima Carvalho, Ministério da Saúde;  
25 Herlon Almeida, Ministério do Desenvolvimento Agrário; Gilson Alceu Bittencourt, Ministério da  
26 Fazenda; Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -  
27 MPOG; Dirce Margarete Grosz, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Roberto Vizentin,  
28 Ministério do Meio Ambiente; João Carlos Machado, Ministério das Cidades. **Registrou-se a**

29 **presença dos membros observadores:** Selvino Heck, Assessoria Especial da PR; Maria Veloso,  
30 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Flávio Luiz Scheik Valente, Relatoria do DHAA.  
31 **Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores:** Adriana Aranha, MDS; Ana  
32 Flávia Rocha M. Souza, ABRANDH; Laura Fernandes, Assessoria de Comunicação - ASCOM/CONSEA;  
33 Lana Magaly Pires, MCT; Aloisio Melo, CONSEA; Bianca Lazarini; Carolina Chagas, FNDE; Célia Regina  
34 de Souza, MDS; Cibele Cristina de Oliveira, MDS; Gilson Zolet Vieira, CETAP Passo Fundo/RS; Giulio  
35 Cesare da Silva Tartaro, Presidente do COMSEAN Joinville; José Giacomo Baccarin,  
36 MDS/SESAN; Leonor Pacheco; Lucélia Luiz Pereira; Ludmila Dantas Santos, FNDE; Marcelo Mina  
37 Dias; Marília Oliveira; Marlene Rocha; Mônica Kuhlmann, CONDRAF; Natalie Beghin, IPEA; Nilson  
38 Figueiredo Filho; Priscila Lopes Matoso, FNDE; Rosana Ota, FNDE; Roseane Viana, MDS; Terezinha  
39 Maglia; Thaís Franceschini. **Registrou-se as ausências :** Altemir Tortelli (Justificada); Ana Maria  
40 Petronetto Serpa (Justificada); Danilo Miranda (Justificada); Jorge Luiz Numa Abrahão (Justificada);  
41 Lea Lúcia Ceccílio Braga (Justificada); Luiz Marinho (Justificada); Márcio Lopes Freitas (Justificada);  
42 Marcos César Simarelli Winter (Justificada); Matias Martinho Lenz (Justificada); Nildes de  
43 Andrade (justificada); Rolf Schünemann (Justificada); Silvio Caccia Bava (Justificada) **PAUTA: DIA**  
44 **28 DE JUNHO - PERÍODO DA MANHÃ: Aprovação da Ata da X Reunião e da Pauta – 9h às**  
45 **9:15; Informes – 9:15 às 10h; Orçamento de Segurança Alimentar e Nutricional – 10h às**  
46 **12:30; Política Econômica, política social e desenvolvimento – Ministro Jaques Wagner - Ministro-**  
47 **Chefe da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Parâmetros e**  
48 **definições gerais do Orçamento Geral da União – OGU, Programas e ações de Segurança Alimentar**  
49 **e Nutricional e propostas ao OGU 2006. DIA 28 DE JUNHO - PERÍODO DA TARDE: Proposta**  
50 **de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – 14h às 17:30; Apresentação da**  
51 **proposta do Grupo de Trabalho (Comentários do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à**  
52 **Fome – MDS, Debate e deliberação); Planejamento do CONSEA – 2º. Semestre de 2005 –**  
53 **17:30 às 18:30 (Proposta da Presidência do CONSEA, Propostas das Instâncias, Debate e**  
54 **deliberação); Encerramento das atividades do dia 28/06/05 – 18:30. DIA 29 DE JUNHO -**  
55 **PERÍODO DA MANHÃ: Resolução sobre Procedimentos do CONSEA – 9h às 9:45;**  
56 **Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Indígenas – 9:45 às 11:30h**  
57 **(Pronunciamento da Comissão Permanente 1 - SAN das Populações Indígenas, Comentários dos**  
58 **representantes governamentais, Pronunciamento de lideranças indígenas, Debate e**  
59 **encaminhamentos). Encaminhamentos das Instâncias – 11:30 às 12:30. Encerramento da**  
60 **Plenária – 12:30. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS:** O Senhor Francisco Menezes iniciou  
61 os trabalhos às 9h45, saudando a todos os conselheiros, convidando o Ministro Patrus Ananias e o  
62 Secretário Nacional de SAN, Senhor Onaur Ruano para comporem a mesa. Em seguida o presidente  
63 informou ao plenário sobre a impossibilidade de conclusão da ata da X Reunião do CONSEA, por  
64 parte da secretaria do conselho, portanto, a mesma será enviada até o final da semana para os  
65 conselheiros e também registrada na área restrita. O Presidente do CONSEA informou aos presentes  
66 que a reunião seria estendida para os dias 28 e até o meio dia do dia 29, com o objetivo de concluir  
67 a programação prevista cujos assuntos, por indisponibilidade de tempo, acabam sendo impresados

68 nas pautas e conseqüentemente deixados para discussões posteriores. Chico Menezes lembrou da  
69 realização do Seminário sobre o PAA no dia 29 pela manhã sugerindo a divisão da participação dos  
70 conselheiros no sentido de evitar o esvaziamento do plenário. Informou que ele mesmo estaria  
71 participando da abertura e primeiro painel da programação do evento. Considerando a sua ausência  
72 na manhã seguinte, sugeriu ao plenário a sua substituição pelo Conselheiro Renato Maluf, que  
73 estava interado de todos os assuntos, tendo sido aprovado. Em seguida o Secretário da SESAN  
74 apresentou-se ao Plenário garantindo forte participação no CONSEA e que vem acompanhando as  
75 discussões acerca da Losan. Onaur Ruano é mestre em Agronomia pela Universidade Federal de  
76 Viçosa (UFV). Graduado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Campus de Botucatu) fez cursos  
77 de especialização na Holanda e Estados Unidos. É pesquisador científico do Instituto Agrônômico do  
78 Paraná (Iapar) desde 1978, tendo ocupado o cargo de Diretor-Presidente do Instituto no período de  
79 2003 até maio de 2005. No município de Londrina, foi secretário municipal de Agricultura e  
80 Abastecimento de julho de 1993 a março de 1995. Ruano também foi presidente do Conselho  
81 Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa) e do Conselho Municipal de  
82 Desenvolvimento Rural de Londrina. Além disso, tem acompanhado a temática de alimentação,  
83 embora sem a participação nos Conselhos; informou ainda que precisará acompanhar o seminário  
84 sobre o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), no entanto, buscará participar da reunião do  
85 CONSEA o maior tempo possível. O presidente do CONSEA passou a relatar os informes sobre a  
86 atuação da presidência no período compreendido entre a última reunião e a atual. Inicialmente  
87 informou que foi encaminhada ao Presidente Lula, Exposição de Motivos contendo as  
88 recomendações sobre a contaminação, por chumbo, em Santo Amaro da Purificação. Além disso, foi  
89 convocada reunião interministerial para ação imediata. O presidente conhecia a situação, por meio  
90 do relato de Dona Canô, mãe de Caetano Veloso e Maria Bethânia. O Ministério da Saúde conhecia a  
91 situação e entende a necessidade de haver articulação entre os Ministérios da Saúde, Trabalho e  
92 Emprego, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, além da Assessoria Especial da Presidência da  
93 República, Dra. Clara Ant. Diante disso, os desdobramentos apontam para reunião da Comissão  
94 Permanente II – SAN para as Populações Negras na próxima segunda-feira (dia 04/07/2005); visita  
95 a região e medidas imediatas a partir de julho. O presidente informou que o CONSEA participará  
96 enquanto convidado, da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a ser realizada nos  
97 dias 30 de junho e 01 e 02 de julho, em Brasília. Informou ainda que a Conselheira Regina Miranda  
98 fará explanação sobre o tema em painel do evento. O Ministro Patrus Ananias passou a relatar os  
99 informes da secretaria do CONSEA no último período. Saudou a mesa, presentes e em especial ao  
100 Ronaldo Garcia, Assessor da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da  
101 República. Justificou sua ausência nas duas últimas reuniões do conselho, em razão de viagens  
102 internacionais de trabalho. O Ministro comentou o momento político atual e disse que o ministério  
103 encontra-se com muito trabalho e um quadro enxuto de recursos humanos. O programa Bolsa  
104 Família avança no sentido de beneficiar todos os municípios do Brasil, além da Assistência Social.  
105 Portanto, vêm constituindo uma ampla rede de proteção social das famílias mais pobres. O Ministro  
106 informou que esteve reunido com o Presidente Lula e definiu pela sua permanência no Ministério, o

107 que implica não disputar as eleições de 2006, ficando no cargo até o final do anos que vem.  
108 Segundo o Ministro, é determinação do Presidente de que os fatos sejam apurados e esclarecidos,  
109 “cortando a própria carne”, de forma transparente e cumprindo os parâmetros legais – o ministro  
110 citou o artigo publicado por ele, em jornal mineiro sobre os padrões básicos do devido processo  
111 legal e contra mais procedimentos (calúnia, difamação, acusações sem provas, etc.); apurações  
112 devem ocorrer dentro dos parâmetros legais, como está sendo, por meio das CPI, Ministério Público,  
113 Poder Judiciário, garantindo o funcionamento dos mecanismos legais. O ministro disse ainda, que  
114 alguns setores quiseram tirar dividendos políticos da situação. Citou a nota de imprensa, que  
115 inclusive motiva ação judicial, acusando-o de fazer caixa dois com empresa de marketing do estado  
116 de Minas Gerais; é prática de que acusação vire verdade até que se prove o contrário, invertendo a  
117 norma do ônus jurídico de prova; há quem se arvore a porta voz da consciência cívica nacional, se  
118 autonomeie promotor público. Portanto trata-se assim de disputa política, muito mais do que de  
119 busca da ética. O Ministro conclamou os conselheiros, para que, enquanto formadores de opinião,  
120 exijam clima de tranquilidade para a devida apuração dos fatos. O Presidente do CONSEA  
121 apresentou o convidado Ronaldo Garcia, antigo colaborador dentro do tema da Segurança Alimentar  
122 e Nutricional, hoje assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da  
123 República. Chico Menezes informou ainda, que o Ministério da Fazenda foi convidado, no entanto  
124 não pôde enviar representante, propondo nova exposição no mês de agosto ou setembro. O  
125 convidado Ronaldo Garcia justificou a ausência do Ministro Jacques Wagner que foi convocado pelo  
126 presidente para execução de outra atividade, passando em seguida a apresentar informações sobre  
127 a política econômica, política social e desenvolvimento, ponto previsto em pauta. Ronaldo informou  
128 que a Presidência da República convocou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social –  
129 CDES para a elaboração de um projeto ou Agenda Nacional de Desenvolvimento. Segundo o  
130 assessor, a questão perpassa o fato de porque o governo não cria e implementa o seu projeto.  
131 Identifica-se no contexto atual do mundo, terem sido poucas as possibilidades do Estado de fazê-lo.  
132 O presidente Lula recebeu o estado fragilizado, com menor poder de regulação e fomento, e ainda,  
133 em situação econômica precária. O CDES enquanto espaço com representação dos vários atores,  
134 seria o espaço apropriado para tanto. Os anos 80 como a “década perdida” com baixas taxas de  
135 crescimento em relação aos 50 anos anteriores, idem para a década de 90 em que o Brasil  
136 encontrava-se entre a 7ª. e 8ª. economia do mundo e caiu para a 15ª. , a indústria naval era a 1ª. e  
137 deixou de ser, havia projetos na área de informática, automobilística, submarino nuclear, etc.  
138 Quando começou-se a considerar os projetos nacionais, anacrônicos e jurássicos. Empresas  
139 nacionais inovadoras sumiram, foram adquiridas por grandes grupos. Ainda nesse período, a taxa de  
140 desemprego sobe de 3 a 4% para 10 a 12%, os trabalhos considerados informais subiram 4 vezes  
141 mais, inviabilizando a previdência social; renda média com 1% ao ano, ou seja, entende-se estar  
142 fazendo o caminho inverso do desenvolvimento (“marcha da insensatez”). Diante desse quadro, o  
143 Presidente Lula avalia que, ou tornava-se desejo da sociedade desenvolver-se (2º. censo ....) ou não  
144 será planos de governo que conseguirão resolver, sendo necessário um amplo acordo para que  
145 aconteça. Inicialmente fez-se um questionário para todos os conselheiros do CDES, e a partir disso

146 definiu-se 6 eixos que foram debatidos no sentido de passar da situação atual para a situação que  
147 se desejava alcançar, o que levou quase um ano de elaboração até ser apresentada na última  
148 reunião do CDES. A Agenda Nacional de Desenvolvimento conceitualmente é o conjunto de  
149 diretrizes estratégicas orientadoras das ações de todos os atores sociais empenhados em combater  
150 as situações que impedem o Brasil de ser o País que o povo gostaria que fosse. A agenda assinala o  
151 rumo a ser seguido, estabelecendo os compromissos a serem assumidos por todos os que se  
152 dispuserem a caminhar junto em busca do destino comum, social e participativamente definido. Por  
153 isso, é dinâmica, se ajusta aos tempos, tem compromissos cumpridos e incorpora os novos. É uma  
154 proposta de empreender a construção de um novo país. O processo de construção considerou  
155 pontualmente, em diretrizes estratégicas, os âmbitos problemáticos, os valores e a visão de futuro.  
156 Valores como Democracia, Liberdade, Equidade, Sustentabilidade, Identidade Nacional, Respeito à  
157 Diversidade sócio-cultural, Soberania e a visão de futuro de um país democrático e coeso, no qual a  
158 iniquidade foi superada e todos os brasileiros são cidadãos, a paz social e a segurança pública foram  
159 alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso. Uma nação  
160 respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional. Ainda na sistematização e  
161 debate sobre estratégias previu-se a adoção da equidade como o critério para decisões das  
162 autoridades públicas e também estimulação para a iniciativa privada e particulares com o objetivo de  
163 garantir o pleno emprego. Identificar área de extrema pobreza e articular ações dos três níveis para  
164 chegar ao nível da cidadania. A meta – 10 % dessa população a cada ano. Portanto, uma década  
165 para eliminar a pobreza. Dividiu-se o âmbito problemático em cinco partes, cujos objetivos foram  
166 definidos da seguinte forma: 1. Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com  
167 crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza  
168 ou miséria, diminuição da mobilidade social . Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem  
169 disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas, e vigorosa mobilidade  
170 social ascendente; 2. Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado  
171 interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados.  
172 Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte  
173 dinamismo e capacidade inovadora, desenvolver novos produtos e mercados. 3. Infra-estrutura  
174 logística degradada, não-competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e  
175 sociais. Ter uma infra-estrutura logística eficiente e competitiva, integrando o território, a economia  
176 e a sociedade nacionais. 4. Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de financiamento  
177 do investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho.  
178 Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária  
179 simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do  
180 emprego. 5. Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa  
181 capacidade regulatória-fiscalizadora. Instaurar a segurança pública e a paz social, uma justiça  
182 verdadeiramente democrática, e um Estado que regule e fiscalize a contento e 6. Baixa capacidade  
183 operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais  
184 profundos, insustentabilidade da gestão de recursos naturais. Desenvolver um aparato estatal que

185 opere eficiente e eficazmente, um pacto federativo que funcione sem conflitos, com equilíbrio entre  
186 regiões, e capacidades de manejar recursos naturais forma sustentável. A Agenda Nacional de  
187 Desenvolvimento será levada a público pelo CDES para debate em uma Conferência Nacional de  
188 Desenvolvimento. O objetivo é captar contribuições e estabelecer compromissos coletivos em torno  
189 da Agenda Nacional de Desenvolvimento, em um movimento nacional que tenha o seguinte mote  
190 central: Desenvolver o país superando as desigualdades. A proposta do presidente à sociedade  
191 brasileira, se não for abraçada, vai ser esquecida. Por meio da pluralidade há maior chance de  
192 aceitação. Espera-se que os conselheiros sejam promotores das discussões sobre a Agenda nos  
193 espaços sociais e regiões em que circulam. O CDES vai fazer cinco eventos com outros atores, para  
194 apresentação da agenda, culminando em grande evento em novembro. Espera-se ainda, com isso,  
195 romper o bloqueio mental que impede o pensamento acerca de um grande projeto para o Brasil. O  
196 Conselheiro Danilo Miranda inscreveu-se após a apresentação e disse que são dois grandes  
197 conselhos CDES e CONSEA, cobranças em relação ao Programa Fome Zero. Estes conselhos sofrem  
198 porque a sociedade não vê o resultado das ações que desempenham. Disse ter gostado muito da  
199 proposta apresentada, no entanto, alertou para que sejam impressos maiores destaque e  
200 investimento nas áreas de educação e cultura. O conselheiro Walter Belik disse que a sinalização do  
201 governo é determinante das políticas; boa parte da situação deve-se à baixa de investimentos do  
202 PIB e a parte do governo encontrar-se mais baixa que a privada; a meta de inflação para 2006  
203 engessa as possíveis ações. Diante disso, questionou sobre a força do CDES sobre as definições de  
204 políticas da parte do governo. O Conselheiro Ubiraci Dantas iniciou falando que a discussão originou-  
205 se da dificuldade de implementarem-se programas pelo baixo orçamento, o crescimento da dívida  
206 no período compreendido entre 1990-2000, havendo indignação com o fato de que as propostas  
207 formuladas nos conselhos com seriedade são inviabilizadas por falta de recursos. Maiores juros e  
208 menores índices inflacionários tem limites. O conselheiro solicitou que esse documento distribuído  
209 nesta reunião seja analisado pelo CDES. E ainda, que sejam pensadas questões sobre capital  
210 especulativo, centralização do câmbio com menor volatilidade do capital internacional. Manifestou  
211 ainda, sua preocupação quanto o auxílio que precisa ser dado ao Presidente na implementação das  
212 propostas. Segundo o conselheiro é necessário "colocar o dedo na ferida", numa ação conjunta  
213 entre a sociedade civil e o governo. A Conselheira Elza Braga afirmou a necessidade da  
214 transdisciplinaridade do debate amplo; é fundamental ter mais recursos aliados às novas formas de  
215 operar as políticas, pelo insucesso de grande parte dos investimentos anteriores, tem que ampliar o  
216 diálogo com a sociedade, com que estruturas contarão para promover o debate nos demais níveis  
217 (distrito, município, estados) chegando ao interior e não apenas às capitais. O conselheiro Arimatéia  
218 reforço a importância da proposta; afirmando ser um passo a integração entre os conselhos. Disse  
219 ainda ao ministro, que os juros, dívida externa e os investimentos; propõe casar a ação dos 2  
220 conselhos, com os demais tendo como tema central o desenvolvimento e o compromisso com o  
221 investimento. O Conselheiro Renato Maluf afirmou que o método de identificação de âmbitos  
222 temáticos é interessante; que o CONSEA tem buscado nos últimos dois anos, construir uma Agenda  
223 de SAN, buscando delimitar prioridades. O conselheiro disse que o tema alimento/alimentação são

224 elementos ordenadores de diretrizes, boa parte das elencadas. Disse ainda, que uma das  
225 dificuldades para o CONSEA discutir orçamento é a linguagem da peça orçamentária; Segundo ele, a  
226 política econômica é constrangedora das iniciativas, vai em caminho distinto. O Conselheiro  
227 Malaquias elogiou a proposta e disse que a mesma vem iluminar as lamentações dos últimos anos e  
228 refletem de forma mais ampla dos objetivos de SAN. O Conselheiro lamentou o atraso que  
229 conseqüentemente fez com que se perdesse muito tempo gestando a idéia quando se podia  
230 trabalhar mais pela agenda. Citou o estudo comparativo realizado na década de 80, entre a Índia, o  
231 Afeganistão, Nigéria e Brasil, relacionando os problemas nutricionais e desenvolvimento. Reforçou a  
232 necessidade de garantir-se os objetos de SAN nos painéis que ocorrerão. Citou ainda, o PSF/Agenda  
233 de Saúde que não incorpora alimentação e nutrição na sua agenda. O conselheiro Sillas Vieira disse  
234 que vários setores da sociedade devem participar do debate, inclusive setores religiosos; os  
235 evangélicos são ainda discriminados no próprio governo (não possuem apoio para a música, por  
236 exemplo, enquanto outros setores possuem, tidos como folclóricos) essa situação pode ser  
237 aproveitado (...) estas devem ser amplas, incluindo também esse setor. O representante do CEDES,  
238 Ronaldo (...) disse que tende-se a despolitizar a política econômica como se não fossem escolher em  
239

240  
241  
242  
243  
244  
245

246

247

248

249

250 **ENCERRAMENTO:** Sem mais a tratar, Francisco Menezes, Presidente do CONSEA, agradeceu a  
251 participação de todos na vitoriosa jornada dos trabalhos da IX Reunião Ordinária do CONSEA,  
252 encerrando os trabalhos as 17h55. Em tempo, a presente reunião foi estenotipada e gravada em  
253 áudio. Lavrou-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do  
254 Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e  
255 Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu  
256 efeito legal.

Brasília, 26 de abril de 2005.

**Francisco Menezes**  
**Presidente**

**Ministro Patrus Ananias**  
**Secretário**